

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(AUDIÊNCIA PÚBLICA) REQUERIMENTO Nº DE 2001 (Do Sr. Clementino Coelho)

Solicita sejam convidados representantes dos ministérios de Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e do Meio Ambiente, além de representante da Petrobras e o pesquisador do Instituto Internacional de Mudanças Globais da Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia(Coppe) da UFRJ, Luciano Bastos para discutir a proposta de adição de 15% de biodiesel (diesel de origem vegetal) ao óleo diesel de origem mineral comercializado no país.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, representantes dos ministérios de Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e do Meio Ambiente, além de representante da Petrobras e o pesquisador do Instituto Internacional de Mudanças Globais da Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia(Coppe) da UFRJ, Luciano Bastos para discutir a proposta de adição de 15% de biodiesel (diesel de origem vegetal) ao óleo diesel de origem mineral comercializado no país

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal vem sinalizando no sentido de, a exemplo do que é feito com a gasolina, permitir a adição de até 15% de diesel de origem vegetal ao diesel de origem mineral, que é comercializado no país. Do ponto de vista técnico, não parece que a mistura – no percentual anunciado- comprometerá a eficiência do combustível ou causará danos ao veículo.

Essa iniciativa tem suporte na idéia básica de que o óleo diesel vegetal é menos danoso ao meio ambiente, reduzindo 78% de emissão de CO2 (gás que provoca o efeito estufa) e 100% de enxofre na atmosfera. Além disso, dos 26 bilhões de litros de óleo diesel consumidos no Brasil, 30% é importado. Seria, portanto, uma alternativa ecologicamente correta e economicamente desejável de reduzir a importação do combustível, dotando o país da tecnologia necessária para substituir parte, do que é importado, por produção própria.

Independente da necessidade de aprofundarmos o debate sobre as implicações técnicas e ecológicas dessa mistura, há ainda uma questão extremamente importante que deve ser minuciosamente avaliada.

Para produzir o biodiesel pode-se extrair o óleo vegetal da soja, do babaçu, da mamona, do algodão, do dendê ou do ouricuri. Uma vez que estamos tratando da possibilidade de um programa de incentivo, entendo que é necessário questionarmos qual (ou quais) desses óleos vegetais melhor cumprirão o papel econômico e social para o país.

A Soja é a *commodity* mais conhecida e economicamente estruturada dentre as alternativas de óleos vegetais que poderão ser a matéria-prima do biodiesel. Logo, já dispõe de mercado consolidado e suporte financeiro – inclusive, atraindo grandes investidores internacionais. Já as outras culturas, predominantemente típicas do Norte e do Nordeste, reclamam estímulos para que ganhem escala e economicidade.

Seria, então, uma boa oportunidade para discutirmos, inclusive, a possibilidade de utilizarmos esse programa como instrumento de intervenção pública visando ao aproveitamento

das potencialidades econômicas das regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste. Desta maneira, iríamos atuar contra as desigualdades regionais e a favor da desconcentração econômica.

Penso, portanto, que seria interessante introduzirmos, como elemento de análise na Audiência Pública aqui proposta, a possibilidade de reservar parte dessa produção de biodiesel aos óleos vegetais, que não a soja. Entendo que dessa maneira iremos oferecer condições efetivas as regiões Norte e Nordeste – ricas nestes outros óleos vegetais – de desenvolverem a produção industrial destes produtos, abrindo novas perspectivas econômicas.

A Audiência Pública proposta irá permitir que os parlamentares familiarizem-se com o tema, esclarecendo dúvidas e gerando sugestões que contribuam para o aperfeiçoamento dessa idéia. Peço, portanto, aos membros dessa comissão que autorizem a realização da referida Audiência Pública.

Deputado Clementino Coelho(PPS-PE)